
Pós-colonialismo e formação do esporte brasileiro: pela necessária superação do conceito de esporte como valor universal

*Katia Rubio,
William Douglas de Almeida,
Neilton Ferreira Junior*

Resumo

O esporte moderno tem-se apresentado historicamente à sociedade como um modelo universal de práticas atléticas competitivas. Explicações canônicas sobre o esse estatuto geralmente se servem de um argumento triunfalista, que tende a subtrair as relações de poder do processo histórico que determinou a globalização do fenômeno em destaque. Mas como explicar tal globalização e a homogeneização das regras desportivas modernas sem o fato colonial e o imperialismo? Na base destas políticas econômicas, militares e culturais de dominação e expropriação encontra-se uma orientação civilizacionista cuja força pode ser mensurada no modo como a formação sociocultural de países como o Brasil voluntariamente espelhou modelos europeus. Não por acaso, o desenvolvimento de práticas esportivas modernas no país resulta dos esforços de uma elite financeira e política notadamente filo-europeia, certa dos potenciais benefícios culturais (e raciais) do acolhimento a imigrantes europeus. Por meio de suas associações e atividades esportivas, essas comunidades emprestaram parte significativa dos insumos que compõem o complexo esportivo brasileiro. Este sistema, no entanto, se desenvolveu mantendo hierarquias e violências de gênero, raça e classe inauguradas pelo colonialismo clássico e mantidas na forma pós-colonial. Com base nesse quadro, e utilizando um método exploratório de abordagem histórico-crítica, este artigo tenta identificar e analisar as especificidades da condição pós-colonial do esporte brasileiro, ao mesmo tempo em que tenta estudar os horizontes da sua superação. A análise deste cenário sugere a necessidade de projetos teórico-políticos de descolonização do imaginário e complexo desportivo nacional.

Palavras-chave: Esporte, Colonialismo, Racismo, Cultura, Migração.

Postcolonialism and the Formation of Brazilian Sport: Toward the Necessary Overcoming of the Concept of Sport as a Universal Value

Katia Rubio, William Douglas de Almeida, Neilton Ferreira Junior

Abstract

Modern sport has historically presented itself to society as a universal model of competitive athletic practices. Canonical explanations about the reasons for its "universality" generally use a triumphalist argument of globalization which tends to remove the power from the historical process. But how to explain globalization and the homogenization of modern sports rules without colonialism and imperialism? At the basis of these economic, military, and cultural policies of domination and expropriation there is a civilizationist orientation whose strength is the way in which the sociocultural formation of countries like Brazil was based on European models. It is no coincidence that the development of modern sporting practices in the country resulted from the efforts of a notably Philo-European financial and political elite, who were certain of the potential cultural and racial benefits of welcoming European immigrants into the country. Through their sports associations and activities, these communities lent a significant part of the inputs that make up the Brazilian sports complex. However, this system has developed maintaining hierarchies and violence of gender, race, and class inaugurated by colonialism. Based on this framework, and using an exploratory method of historical-critical approach, this article attempts to identify and analyze the specificities of the post-colonial condition of Brazilian sport, at the same time it attempts studying the horizons of its overcoming. The analysis of this scenario suggests the need for theoretical-political projects of decolonization of the national sports imagination and complex.

Keywords: Sport, Colonialism, Post-colonialism, Migration.

Poscolonialismo y formación del deporte brasileño: hacia la necesaria superación del concepto de deporte como valor universal

Katia Rubio, William Douglas de Almeida, Neilton Ferreira Junior

Resumen

El deporte moderno se ha presentado históricamente ante la sociedad como un modelo universal de prácticas atléticas competitivas. Las explicaciones canónicas sobre este estatus suelen recurrir a un argumento triunfalista que tiende a sustraer las relaciones de poder del proceso histórico que determinó la globalización del fenómeno en cuestión. Pero ¿cómo explicar dicha globalización y la homogeneización de las reglas deportivas modernas sin considerar el hecho colonial y el imperialismo? En la base de estas políticas económicas, militares y culturales de dominación y expropiación se encuentra una orientación civilizatoria cuya fuerza puede apreciarse en la manera en que la formación sociocultural de países como Brasil reprodujo voluntariamente modelos europeos. No por casualidad, el desarrollo de las prácticas deportivas modernas en el país es resultado de los esfuerzos de una élite económica y política marcadamente proeuropea, convencida de los potenciales beneficios culturales (e incluso raciales) derivados de la acogida de inmigrantes europeos. A través de sus asociaciones y actividades deportivas, estas comunidades aportaron una parte significativa de los elementos que conforman el complejo deportivo brasileño. Sin embargo, este sistema se desarrolló manteniendo las jerarquías y las violencias de género, raza y clase inauguradas por el colonialismo clásico y mantenidas bajo la forma poscolonial. Con base en este contexto, y utilizando un método exploratorio de enfoque histórico-crítico, este artículo busca identificar y analizar las especificidades de la condición poscolonial del deporte brasileño, al mismo tiempo que procura estudiar los horizontes de su superación. El análisis de este escenario sugiere la necesidad de proyectos teórico-políticos orientados a la descolonización del imaginario y del complejo deportivo nacional.

Palabras-clave: deporte; colonialismo; racismo; cultura; migración.

Introdução

Seguramente, o esporte praticado globalmente no contemporâneo compreende um fenômeno sociocultural *moderno*, metropolitano, originalmente pensado e situado no Hemisfério Norte. Esse quadro é acompanhado por elementos discursivos que explicam por que esse modelo de práticas e seu sistema de valores seguem sendo anunciados não só como universais, mas como aquilo que existe de mais racional no mundo da cultura corporal. Oriundo de países cujo desenvolvimento se deve fundamentalmente à colonização de outros povos (Rodnay, 2022), o esporte moderno se globalizou na esteira de uma racionalidade instrumental que pressupunha a sua superioridade em relação às modalidades tradicionais das populações nativas. Autoficção que por muito tempo sequer precisou ocultar o seu compromisso com o colonialismo (Coubertin, 1931).

Originalmente aristocrático na ideia, e politicamente burguês na ação, o esporte, enquanto instrumento de distinção, redenção e modernização, foi pensado no interior das reformas do sistema educacional inglês no século XIX (Elias & Dunning, 1992) e, como que por inércia, foi deitando raízes em outras partes do mundo graças à posição que seus praticantes e ideólogos ocupavam à época. Esse processo de disseminação vai mostrar que a racionalização e sistematização do esporte não foi útil apenas à formação dos filhos da classe dominante europeia. Tratava-se também de uma forma complementar à política de manutenção do poder cultural e ideológico do chamado Ocidente em relação ao mundo não-ocidental (Gutmann, 1994; Gems, 2006). Essa política de disseminação mostrará também que o caráter secular atribuído à forma esportiva moderna se permite relativizar, posto que a sua legitimação política e cultural na Europa e América do Norte se ancorou a sistema de valores protestantes, ao mesmo tempo que emprestou elementos do missionarismo evangélico para justificar sua aplicação a outras formações socioculturais não-ocidentais (Martins, 1990; Gems, 2006; Sotomayor, 2017).

Colonização esportiva, termo aqui empregado pelo Barão Pierre de Coubertin para designar uma política de extensão do expediente esportivo moderno aos povos africanos, não é estranho à forma como o Movimento Olímpico Internacional, por exemplo, se estabeleceu e se afirmou fora de Europa ao longo da primeira metade do século XX (Bale e Cronin, 2003; Bale & Christensen, 2004; Brohm, Perelman & Vassort, 2004). A instituição responsável pela principal competição esportiva do planeta, o Comitê Olímpico Internacional (COI) emergia no vácuo de novos tratados econômicos e geopolíticos assinados por potências imperialistas e colonialistas que pensavam o planeta em termos de zonas de influência. E embora a política de dominação que esses impérios aplicavam a outros povos se distinguiu quantitativa e qualitativamente, nenhum deles deixou de reconhecer a utilidade estratégica das práticas esportivas modernas nos processos de aculturação e legitimação do controle das sociedades autóctones (Dimeo, 2002; Gems, 2006; Delsahut, 2011; Coubertin, 2015).

É conhecida a postulação de Coubertin, em texto publicado em 1931, acerca do caráter das práticas corporais africanas. Segundo o barão francês, embora essas atividades guardassem algum encanto e importância cultural para os nativos, não passavam de “atividades recreativas”, por isso, insuficientes à tarefa primeira da pedagogia olímpica no continente, a saber: redimir os africanos da sua condição “semisselvagem”, conduzindo-os à condição “ultra-civilizada”. Ultra-civilidade que deveria não só ser evidenciada mediante transformação integral do gestuário e regime de valores até então

celebrados pelos nativos, mas remediar aspirações insurrecionais contra o sistema da colonização (Coubertin, 1931; 2015).

Isto que aqui compreenderemos como *primeira fase* da colonização esportiva, caracteriza-se por uma política de reordenamento do mundo material e simbólico dos colonizados com base em aspirações “modernizantes”, ao mesmo tempo que de controle das contingências insurrecionais. Não por acaso, a presença do Movimento Olímpico em África representava, dentre outras coisas, a possibilidade de o discurso civilizacionista conviver, sem maiores oposições, com os horrores do colonialismo europeu (Combeau-Mari, 2016; Ferreira Júnior, 2021). O Olimpismo, forma filosófica e pedagógica do ideário esportivo moderno, cruzará o século XX e entrará no XXI mantendo estreitas relações com concepções eurocêntricas de mundo, à sombra de eufemismos tais como educação olímpica, de apagamentos e da luminosidade cegante e entorpecente dos megaeventos (Kwauk, 2008; Chatziefsthathiou, 2015; Zirin, 2016; Ferreira Júnior, 2023).

Idealizado como uma forma de celebração da “paz mundial”, o Movimento Olímpico se serviu do postulado civilizacionista *também* como forma de afirmação de uma condição supra-política. Com isto, protegia-se dos desdobramentos disruptivos do período entreguerras, ao mesmo tempo em que fortalecia o seu capital político aproveitando a janela aberta pelo processo de criação do sistema de entidades multilaterais (Charitas, 2016; Chappolet, 2021; Byrne & Ludvigsen, 2023; Ichii, 2023). Objetivamente, essa armadura simbólica e retórica não encontrará correspondência na realidade concreta, haja visto a coleção de violações de contradições que a forma mercadológica dos megaeventos produzirá a partir intervalo entre a sua fase de afirmação entre os anos 1920 e 1936 e fase de conflito, a partir do Pós Segunda Guerra Mundial (Brohm, Perelman & Vassort, 2004, Rubio, 2010).

A crescente onda de protestos que acompanha a realização bilionária e em larga medida autocrática dos megaeventos esportivos tem sido acompanhada por releituras do movimento olímpico que têm caracterizado a sua política como *neocolonial*. Isto porque a forma como o esporte passa a ser instrumentalizado, tanto como via do “desenvolvimento dos subdesenvolvidos”, quanto maquinaria de expropriação da riqueza e soberania dos povos, conta com a legitimação dos próprios Estados, responsáveis não só pela contenção do descontentamento popular, mas pela garantia dos processos de expropriação (Brownell, 2009; Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, 2015; Zirin, 2016).

Ao aglutinar e disfarçar um conjunto de interesses de conglomerados econômicos, Jogos Olímpicos e seu “concorrente”, a Copa do Mundo Masculina de Futebol, se transformam, à semelhança do colonialismo clássico, em verdadeiras maquinarias de transferência de valor, ao custo da degradação de ecossistemas socioculturais e ambientais (O’Bonsawin, 2019). Corroborando com o argumento do caráter neocolonial que acompanha a instrumentalização dos megaeventos está o fato de que estes empreendimentos já não poupam as próprias cidades dos chamados países centrais, atualizando nelas antigas hierarquias em que os interesses das classes dominantes locais se sobrepõem aos interesses das classes trabalhadoras (Ichii, 2023; Comitê Popular da Copa e Olimpíadas Rio 2016; Zirin, 2016).

Com base neste quadro histórico, o qual não se permite reconhecer como pertencente a um dado período histórico, a presente pesquisa tem por objetivo identificar e analisar a especificidade da condição *pós-colonial* do esporte no Brasil, fazendo uso das contradições inerentes a esse estatuto para cotejar os horizontes da sua superação.

Considerações teórico- metodológicas

O método adotado para a construção desta reflexão ancora-se a uma abordagem qualitativa exploratório-analítica. Tipo de pesquisa que, segundo Gil (2008, p. 27) “tem por principal finalidade o desenvolvimento, esclarecimento e modificação de conceitos e ideias”, com vistas à formulação mais precisa dos fenômenos e objetos da investigação. Esse método também se justifica em função da sua “maleabilidade”, estrategicamente sensível à articulação e mobilização de categorias analíticas e conceituais rebeldes separação vulgar das disciplinas científicas. Segundo Theodorson & Theodorson (1970), trata-se ainda de um esforço sociológico de aproximação, familiarização, descrições e análise dedicado à distinção dos fenômenos estudados. Orientação que se adequa à investigação da forma pós-colonial que a instrumentalização do esporte moderno e olímpico tem assumido, conforme denunciam seus historiadores e sociólogos (Bale & Cronin, 2003; Bancel, 2015; Ferreira Júnior, 2021).

De caráter interdisciplinar, a análise pós-colonial orienta e fortalece não só um tipo de suspeita crítica sobre as genealogias eurocêntricas da história da modernidade (Mata, 2014), suas instituições e pressupostos, mas posiciona de modo mais preciso a análise sobre as distinções cerca do que foi o colonial e o que tem sido o pós-colonial. Nas palavras de Stuart Hall (2003, p. 101), o objetivo principal da *análise exploratória* do que vem a ser o pós-colonial é precisamente esclarecer que o que se sucede após o colonialismo clássico. Sendo esse momento histórico marcado por uma divisão mais binária entre colonizadores e colonizados, o momento histórico posterior não compreende necessariamente a abolição desta estrutura de dominação, mas, em grande medida, a sua complexificação. Logo, o pós-colonial deve indicar, não sem dificuldades, tanto a existência de uma *diferença*, “quanto as suas implicações para a política e para a formação dos sujeitos na modernidade tardia”.

Uma abordagem pós-colonial não se trata da negação ou coleção de juízos morais e anacrônicos sobre as contradições da modernidade colonial, seus postulados e instituições, mas uma postura político-epistêmica sensível às zonas cinzentas de um processo histórico que, notadamente, insiste em não passar, mediante atualizações e sofisticções (Bale & Cronin, 2003; Hall, 2003). Porque histórico-crítico, o método procura se ater não só os significados, mas às implicações concretas e movimentos do fenômeno que pretende analisar, sem com isto dispensar as estruturas simbólicas e ideológicas (superestruturais) que compõem a totalidade do objeto (Hall, 2003). Importa salientar que a reflexão que se segue está fundamentada em livros e artigos científicos produzidos principalmente no Brasil e no mundo anglófono, produzidos nos últimos vinte anos.

Concebendo o esporte contemporâneo como um fenômeno pós-colonial por excelência (Bale & Cronin, 2003), e tentando transcender as narrativas triunfalistas e apologéticas da sua disseminação global, essa abordagem metodológica problematiza especificamente as relações e os

significados da integração do Brasil aos expedientes de prática esportiva enquanto “vias de desenvolvimento” e plataformas de afirmação da “identidade nacional”. Análise que prossegue dando especial atenção às particularidades do processo de assimilação local, reconhecendo nas ambiguidades da relação de poder as lógicas de *contrapoder* e de assimilação crítica da cultura, por meio das quais é possível cotejar horizontes de experiência rebeldes às formas de dominação de gênero, raça e classe (Bale & Cronin, 2003; James, 2013; Ferreira Júnior, 2021; 2023).

Made in Europa – atletas, instituições e modelo colonizado de esporte no Brasil

Os últimos anos do século XIX e o início do século XX foram fundamentais na construção do fenômeno que conhecemos como esporte moderno. A fundação do Comitê Olímpico Internacional e a realização das primeiras edições dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, com representantes de diferentes pontos do mundo, deixa claro o caráter de busca pela universalização de práticas esportivas, sobre as quais, dirão os seus ideólogos, repousava uma fortuna de “virtudes civilizatórias indispensáveis”. Essa busca foi colocada sob exame da razão prática desde então, produzindo contradições no contexto do seu próprio nascimento, a Europa. Mas foi sobretudo a partir dos empreendimentos coloniais de esportivização dos povos autóctones que a retórica universalista do esporte se deparou com a força da diferença fortemente influenciadas por tensões raciais e aspirações anticoloniais (Gems, 2006; James, 2013; Coubertin, 2015). Naturalmente reativa, a posição dos colonizados oscilava entre assimilacionismo de sobrevivência e formações esportivas locais de caráter contra-hegemônico. Estratégias necessárias, dado que o regime colonial imposto pelos impérios europeus caracterizava-se principalmente por uma ruptura com qualquer possibilidade de reconhecimento ao Outro (Fanon, 1968; Wallerstein, 2007; Balandier, 2014; Mbembe, 2014). Com isto, pretendemos dizer que o esforço colonial de implementação das técnicas esportivas modernas também era uma forma de “violência criadora”. Diante da relutância das administrações coloniais europeias em África e reconhecendo eventuais contradições do empreendimento, Coubertin contra-argumentava sobre a necessidade de esportivizar os autóctones, dizendo:

Se quisermos estender aos autóctones dos países colonizados o que atrevidamente chamamos de benefícios da “civilização desportiva”, é necessário fazê-los entrar no vasto sistema desportivo de regulamentos codificados e de comparação de resultados que constitui o fundamento obrigatório dessa civilização. Diante desse passo decisivo, ainda recuam mais de uma administração metropolitana. Terão, portanto, que se decidir... ou os autóctones chegarão a se organizar sozinhos; e depois de tudo, talvez não seja tão ruim para eles do que para seus dirigentes (Coubertin, 2015, p. 696).

Rowe (2003) conceitua que o desenvolvimento esportivo de cada país varia de acordo com a sua formação social histórica. Segundo o autor, em geral os esportes são alinhados a concepções de formação nacional. Essas concepções compreendem uma das principais características distintivas do fenômeno esportivo moderno, pois marca uma relativa ruptura com as

configurações sociais e propósitos das práticas corporais pré-coloniais, também classificadas por Guttmann (1994) como *tradicionais*. O esporte moderno, assim, relaciona-se com as configurações e aspirações das sociedades metropolitanas industriais, justificando-se como uma “engrenagem” necessária ao funcionamento dessas formações sociais. Essa abordagem instrumental e funcionalista de esporte é que vai, em grande medida, orientar as políticas da sua disseminação mundo afora. Não por acaso, a expressão *colonização esportiva* cunhada por Coubertin em artigo nos anos 1930, não era estranha ao círculo dos que acreditavam nas virtudes civilizatórias do esporte (Coubertin, 1931; 2015). Resistindo ao tempo, essa crença assume hoje uma nova roupagem, mais ligada a expressões tais como *desenvolvimento* e *paz* (Ferreira Júnior, 2023). Ocorre, no entanto, segundo Fanon (1968) e Césaire (2010), que não há virtude alguma na política colonial, sobretudo quando o preço do “desenvolvimento” é pago com o desaparecimento de formas culturais e técnicas corporais não orientadas à sociabilidade concorrencial (Brohm, Perelman e Vassort, 2004).

Para Gems (2006), o esporte moderno não alcançaria a sua condição global sem as vias abertas pelas políticas de reprodução, nas colônias, da racionalidade e cultura metropolitana europeia ocidental. Os esforços europeus para que esse fenômeno chegasse a toda gente remontam pressupostos civilizacionistas representados por missões de toda ordem, com destaque para as missões evangelísticas, educacionais e de estabelecimento da forma Estado-nação nas colônias (Mbembe, 2014; Sotomayor, 2017). A extensão dos impérios metropolitanos às colônias se orientava intransigentemente pelas crenças na superioridade do estatuto ocidental de civilização e “ausência” de formas culturais “mais amadurecidas” nas colônias (Fanon, 1980; Odendaal, 1988; Gems, 2006; Coubertin, 2015). Noção que encontraria a entusiasmada recepção de um Brasil oficialmente independente, ao mesmo tempo que ansioso por se desenvolver e modernizar nos termos das metrópoles europeias ocidentais (Mascarenhas de Jesus, 1999).

Conforme analisou Dimeo (2002), a forma como o império britânico buscou disseminar o esporte na Índia visava, antes de mais, a formação de um “corpo nacional viril” que fosse capaz de, no futuro, “cuidar de si mesmo”. Os colonizadores britânicos, no entanto, não contavam com a possibilidade de terem suas ambições “civilizacionistas” frustradas pela forma particularmente nacionalista e anticolonial com que parte da população indiana concebeu o esporte. Movimento que apresentará formas semelhantes em cada país atravessado pelas políticas culturais dos impérios (GEMS, 2006, Domingos, 2012; James, 2013). Em outras palavras, de modo que a abordagem pós-colonial ao fenômeno esportivo possa fazer sentido, não é possível analisar a relação esporte e colonialismo e seus desdobramentos sem acessar as estratégias autóctones de resistência e assimilação das práticas corporais metropolitanas, isto é, sem entender a teia complexa das relações e deslocamentos que se desenvolvem no contexto de uma prática cultural inevitavelmente globalizada.

Embora condicionada às categorias de virilidade masculina predefinidas pela racionalidade esportiva moderna e burguesa, a apreciação pelo críquete e futebol na Índia, por exemplo, inspirava expedientes autóctones de afirmação nacionalista visivelmente antagônicos à dominação do império britânico (Dimeo, 2002). Dinâmica que produziu uma cultura esportiva que não se permite definir apenas pela estética e sistema de valores

do colonizador britânico, ou mesmo pela influência residual do império. Algo semelhante pode ser dito em relação à forma da recepção moçambicana e caribenha ao esporte moderno (Gems, 2006; Domingos, 2012; James, 2013), tema que não poderá ser aprofundado em função do foco principal da presente pesquisa, o Brasil.

O que o quadro das recepções do esporte no Terceiro Mundo nos ensina é que já durante a primeira metade do século XX, encontraremos dificuldades para falar de uma colonização esportiva “pura”, dadas as contingências históricas e formas híbridas de assimilação que conjugavam, não de forma equivalente, interesses das populações locais e expectativas coloniais (Gems, 2006; Domingues, 2009; Domingos, 2012). Isso nos permite especular que a disseminação e popularização do esporte moderno em solo brasileiro apresenta pelo menos dois vetores fundamentais, que se aplicam semelhantemente a outras experiências nacionais. O primeiro se refere à formação esportiva compulsória de um país que, ao mesmo tempo que dilacerado pelo colonialismo, está obrigado a resistir a ele por vias, sempre complexas e ambíguas de independentização. O segundo se refere aos sentidos e instrumentalidades que a população então colonizada passa a designar aos elementos culturais herdados, não fazendo uso dessas técnicas como forma de resistência ao estatuto pós-colonial da dominação racial (Filho, 2003; Domingos, 2009).

Ao longo de todo o século XIX e início do século XX, a América Latina se configurará como um território alvo de diferentes disputas de ordem político-econômica e cultural. Disputas que reservaram às práticas corporais um capítulo à parte no processo de afirmação das identidades nacionais, contando com o protagonismo das classes dominantes, mas também com participações decisivas das aspirações populares. Não se trata de dizer que as formas esportivas que se estabeleciam localmente não apresentavam contradições internas, à exemplo das evidentes divisões e subdivisões de classe, gênero e raça. Trata-se de reforçar que essas estruturas de dominação que se particularizam no contexto da sociabilidade esportiva se atualizam, mas também são enfrentadas de modo particular e contínuo, configurando um sistema de práticas corporais e práticas discursivas caracteristicamente pós-colonial.

Brasil, esporte moderno e o mundo pós-colonial

A formação da cultura esportiva moderna no Brasil, por sua vez, se destaca pela complexidade das disputas que se constituirão neste campo. Ela guarda fortes conexões com a entrada de imigrantes europeus no país nos anos iniciais do período republicano e com os projetos de modernização nacional tardios. De início, podemos dizer que se trata de um processo de incorporação de práticas e valores preexistentes em outros territórios (Mascarenhas de Jesus, 1999), o qual foi concebido e interpretado por parte da elite intelectual brasileira como um importante passo na direção da domesticação dos impulsos da sociedade (Santos, 2000). A formação de clubes e sociedades esportivas de famílias europeias e euroasiáticas se tornava algo muito comum nos anos finais do século XIX e início do século XX. Em São Paulo, entidades como o Clube Germânia (Pinheiros), Palestra Itália (Palmeiras) e Deutscher Segel-club (Yacht Club Santo Amaro) surgiram nesse período (Almeida, 2021). No Rio Grande do Sul, temos como exemplos o Deutscher Turnverein (Sogipa) e RuderVerein-Freundschaft (Grêmio Náutico

União). Silva (2011, p.110) destaca que “Os clubes não representavam apenas um local de lazer e prática esportiva, mas um *pedaço da pátria* onde as representações culturais eram reforçadas e reafirmadas perante os demais.” As primeiras sociedades de tiro instaladas no Rio Grande do Sul também foram fundadas por imigrantes (Kilpp, Assmann & Mazo, 2012).

Desde as primeiras edições olímpicas, o caráter de representatividade nacional se fez presente, tendo em vista que ao se inscreverem para participar das competições os atletas indicavam os seus locais de origem. Hargreaves (1992) destaca que apenas em 1912 o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Estocolmo passou a exigir que as inscrições fossem realizadas por comitês nacionais, não sendo mais permitidas as entradas individuais de atletas. Três anos depois, a obrigatoriedade de inscrições via comitês nacionais seria aprovada pelo Comitê Olímpico Internacional como regra para as edições seguintes (Almeida, 2021).

A possibilidade de inscrições particulares permitiu, por exemplo, que o primeiro atleta olímpico nascido em território brasileiro, Horário Tertuliano Tomorré, um patinador artístico que nasceu no Rio de Janeiro, mas era radicado na Inglaterra, competisse pela Argentina, país de seu pai, nos Jogos Olímpicos de Londres, em 1908 (Almeida, 2021). Petrik (2008) aponta que nessa mesma edição olímpica houve a participação de Francis Leroy Homes, do atletismo – nascido em território brasileiro, ele competiu pelos Estados Unidos, país onde vivia.

A primeira representação olímpica brasileira ocorreu apenas em 1920, após a Primeira Guerra Mundial. A ausência do Brasil nas cinco primeiras edições da Era Moderna não é fruto do acaso. Realizada em Atenas, em 1896, a edição que marca o reinício dos Jogos Olímpicos ocorreu apenas 8 anos após a abolição da escravidão no Brasil (1888), sete anos após a Proclamação da República (1889). O Brasil era ainda uma nação em formação.

O fim da escravidão é um marco importante para a compreensão do crescimento do fenômeno esportivo no Brasil, uma vez que a substituição da mão de obra escrava por assalariados fez com o que o fluxo de imigrantes europeus para o Brasil fosse intensificado, sendo a disseminação do futebol uma consequência direta do aumento do fluxo de ingleses para o Brasil (Lemos, 2008). Nessa mesma linha de raciocínio, Rubio (2005, sem página) destaca que “a substituição da mão de obra escrava pela dos imigrantes europeus e asiáticos favoreceu o contato com atividades desconhecidas da população brasileira, possibilitando a criação de clubes e times de diversas modalidades esportivas, em diversas regiões brasileiras”. Observando especificamente as transformações do Rio de Janeiro pós-independência do Brasil, Mascarenhas de Jesus (1999), chama a atenção para uma incipiente urbanização brasileira, ainda de caráter colonial, conformando um cenário com pouquíssimos espaços públicos. Processo que se alterou a partir de meados do século XIX, quando do fortalecimento de políticas de modernização urbana. Isso alterou significativamente a forma como a população passou a ocupar os espaços públicos, o que acabou se configurando num terreno fértil à adesão massiva às práticas esportivas. Segundo o autor, a agenda esportiva exercia uma influência importante sobre a engenharia urbana da cidade, bem como sobre uma economia dos gestos, que visava adequar o corpo brasileiro aos modos de ser europeu. Concepção que se atualiza na medida em que a Nova

República passa a atribuir tarefas desenvolvimentistas e nacionalistas à cultura esportiva, não como uma forma de contraposição à dominação externa, mas como via de acesso às formas mais desenvolvidas dos países-modelo.

Internamente, o Brasil se verá às voltas com disputas travadas entre intelectuais que se dividiram entre os entusiastas e os mais pessimistas em relação às “modas europeias”. Para os primeiros, a implementação das modalidades esportivas europeias no país era de suma importância não só à saúde da população, mas à modernização do país. Para os mais pessimistas, o esporte, pelo contrário, traria implicações morais negativas à formação social brasileira (Santos, 2000). Crítico emblemático do que entendia ser a mera “transplantação” de práticas alheias, Lima Barreto enfatizava que a implementação de representações esportivas burguesas não passava de “emulação” de uma cultura europeia “estranha” a um país cuja formação deveria se basear na sua “originalidade cultural”. Para o escritor, o futebol, por exemplo, em nada contribuiria para a integração e formação moral da República. Pelo contrário, com suas pretensões burguesas, o esporte produziria formas de “embrutecimento”, reforçando profundas divisões raciais e de classe.

Embora a crítica de Lima Barreto não tenha surtido maiores efeitos nesse debate – ao mesmo tempo que não podemos sequer esperar do autor a defesa irrepreensível aos (também por ele criticados) hábitos culturais “tipicamente nacionais” (Schwarcz, 2017) – o tempo parece lhe dar alguma razão, se levarmos em conta a contínua e abundante violência racial e de classe que impunemente assalta os estádios, pistas, quadras e piscinas do país (Marques, Moraes & Marques, 2020; Silva & Paula, 2020; Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol, 2021; Ferreira Júnior, 2021). Escovada a contrapelo, a história do esporte brasileiro nos mostra que seu racismo se conecta imediatamente com uma espécie de “trama” institucional de contenção da cultura afro-brasileira e indígena, ao mesmo tempo em que se configuram as políticas de migração impulsionadas, fortemente inspiradas pela ideologia da modernização nacional do século XIX e início do XX. A perseguição à prática da capoeira e do samba nesse período pode ser compreendida como um subproduto do pessimismo cultural, mas também racial, que pairava sobre as cabeças mais influentes da época, todas elas ao seu modo preocupadas com o futuro de um país majoritariamente constituído por negros e mestiços (Azevedo, 1987; Freitas Júnior & Ribeiro, 2012).

Em que pese a eficiência das políticas de contenção da contingência afro-brasileira, a “solução final” não estava no horizonte da maioria dos pensadores do futuro da República. A marginalização da população e cultura afro-brasileiras se apresentava como um “desdobramento natural” de um tipo de modernização que previa, dentre outras coisas, a “domesticação preventiva” da população “livre”, baseada na coação ao trabalho e controle do tempo. Esse processo será responsável pela sedimentação de diferentes assimetrias no contexto da sociabilidade urbana, tanto no plano material quanto simbólico, a exemplo do caráter racista da distribuição da propriedade no período (Azevedo, 1987). Isto explicaria (em parte) a hegemonia dos clubes de famílias europeias nas cidades brasileiras, como também explicaria parte das tensões relativas à *presença* (ora estranhada, ora fetichizada), e não sem antagonismos, dos não-brancos nos espaços de prática esportiva (Bastide

& Fernandes, 1959; Filho, 2003; Marques, Moraes & Marques, 2020; Schultz, 2019; Ferreira Júnior, 2021).

Praticamente impedidos de formarem os próprios clubes e associações esportivas, à exceção das organizações do movimento negro (Domingues, 2007) os afro-brasileiros farão parte do imenso contingente da classe trabalhadora brasileira, objeto das políticas de Estado e dos processos de integração paulatina aos clubes e ligas esportivos oficiais, conhecidos também pelas tramas de exclusão (Soares, 1999; Freitas Júnior & Ribeiro, 2012). O pós-colonialismo que caracteriza a sociabilidade esportiva brasileira pode ser representado também pelo caráter subordinado e distintivamente ambíguo da integração racial, posto que a transformação do esporte em objeto de desejo das populações oprimidas constitui uma força não só inversa às políticas de discriminação racial e de classe, mas de alargamento das possibilidades do próprio esporte. Esse fenômeno encontra em Fanon (2008, p. 34) uma explicação bastante eloquente, quando o autor observa que todo povo colonizado “no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana”.

Longe de configurar um demérito, esse movimento dos povos historicamente marginalizados em direção ao centro da cultura hegemônica não se trata de uma escolha, mas de uma condição inevitável dentro de um processo assimétrico de trocas culturais em que os excluídos, ao emprestarem técnicas corporais às modalidades de prática do colonizador, imprimem nelas a sua marca, de modo que essas práticas já não pode mais ser - se é que um dia o foram - reconhecidas em estado “puro” ou como propriedade de um grupo específico, ainda que as condições materiais concretas eloquentemente nos contradigam.

Tentando colocar em termos mais simples, se isto nos for possível, as populações marginalizadas do mundo pós-colonial foram recrutadas e atraídas pelos expedientes esportivos e, não raro, deles se apropriaram para também defenderem interesses particulares à sua identidade cultural e às necessidades emancipatórios que os regimes coloniais tornaram inadiáveis (Fanon, 1968; Dimeo, 2002; Domingues, 2009; James, 2013). O exemplo brasileiro mais emblemático do caráter contra-hegemônico da apropriação dos esportes de origem europeia encontra-se na história da chamada *Liga da Canela Preta*. Conforme narra Petrônio Domingues (2009, p. 224), a crescente popularidade do futebol porto-alegrense entre 1915 e 1930 trazia consigo um projeto de modernidade fortemente representado pelos interesses e pelo racismo das elites locais. Condição que não deu outra opção aos negros “senão a formação de uma liga exclusivamente composta por elementos descendentes dos escravos africanos”.

Outra explicação fundamental que nos ajuda a entender o fenômeno em questão, diz respeito, novamente, à complexidade das “trocas culturais” que, por diferentes vias, se estabeleceram em um período pós-abolição, de intenso fluxo migratório, razão pela qual nenhuma comunidade que compulsória ou voluntariamente tenha cruzado o atlântico poderá reivindicar versões essencializadas e puras das respectivas identidades culturais (Gilroy, 2001). Importa frisar que, diferentemente da população negra, os imigrantes europeus e japoneses não cortaram por completo os seus laços com os países de origem. A criação de clubes e a busca pela preservação da memória

cultural, em grande medida inscrita e representada pelas práticas corporais, não pode ser reduzida a formas pejorativas de etnocentrismo, tendo em vista que os processos de discriminação racial e oficialização do regime cultural de configuração da República contaram com decisiva participação do Estado. Ao adotar o modelo esportivo moderno como principal representante da sua política de cultura corporal, o Estado brasileiro se abstém das demandas por reconhecimento que se configuram a partir de outras lógicas, tempos e espaços de experiência. A discriminação racial e institucional se desenvolverá, portanto, em um terreno fértil à afirmação de uma determinada identidade cultural específica. A disseminação esportiva pelo mundo veio acompanhada de concepções de mundo muito particulares, mas bastante atraentes do ponto de vista das elites locais. Hobsbawm (2014, p. 184) nos mostra que o relativo sucesso da disseminação dos esportes se justifica pelo fato de os seus regimes de prática serem forjados por valores de “alargamento do estreito círculo de família e conhecidos, da classe média e, por meio da rede de entrelaçamento e interação”, cuja forma material se expressa pelos clubes de associados pagantes, responsáveis pela criação de “um universo social fora das células domésticas auto-abrangentes”.

De acordo com Santos (1996), ao analisar as relações sociais, precisamos compreender a existência de verticalidades e horizontalidades. Os clubes, as sociedades e associações esportivas, nesse sentido, devem ser entendidos como espaços de relativa horizontalidade em que a sociabilidade e vínculos se estabelecem a partir de políticas de solidariedade de natureza tanto simbólica quanto sócio-econômica. Enquanto a vida das comunidades afro-brasileira e de povos originários vai se configurando a partir de processos de desagregação e desenraizamento como resultado das políticas coloniais e pós-coloniais, as comunidades institucionalmente organizadas em espaços de prática cultural como os clubes estreitam vínculos afetivos e pragmáticos, ao mesmo tempo em que podem manter laços com alguma imagem da cultura de origem.

Conforme destaca Hobsbawm (1990), no período entre as duas grandes guerras mundiais o esporte internacional passou a ter um papel ainda mais importante e tornou-se um espaço de expressão nacional, ajudando a fomentar a ideia de construção de nações. Não por acaso, é justamente em um período marcado pelo forte nacionalismo – o Estado Novo, que os clubes fundados por estrangeiros sofreram pressão governamental para romperem laços com os países de origem de seus fundadores, em um processo de nacionalização. Macedo (2008) destaca que a preocupação do governo era proporcional à quantidade de migrantes residentes no país – quase um terço da população no período, segundo dados levantados pelo autor. Em 1938, o Decreto-Lei 383 proibiu a existência de clubes estrangeiros no país, o que levou muitos deles a um processo de nacionalização de seus nomes e até mesmo à realização de mudanças nos quadros de sócios e diretores. Apesar dessas alterações, porém, grande parte dessas instituições manteve as portas abertas e, mesmo passando por um processo de “abrasileiramento” manteve suas raízes e contato com os países de origem de seus fundadores.

Um dos melhores exemplos de como essa manutenção ocorreu, mesmo com a intervenção governamental, é o Yacht Club Santo Amaro (YCSA), em São Paulo – fundado em 1930, como Deutscher Segel-club, mudou de nome em 1938, passou por várias alterações na composição de sua diretoria, mas manteve em seu quadro associativo vários alemães e filhos de

alemães que migraram para o Brasil. Em edições olímpicas seguintes, três atletas nascidos na Alemanha (Joaquim Roderbourg, Klaus Hendriksen e Burkhard Cordes), que eram filiados ao clube, naturalizaram-se brasileiros e representaram o país em edições olímpicas (Almeida, 2021).

Um evento como os Jogos Olímpicos é marcado pelos rituais que o cercam. Cerimônias, como as de abertura e encerramento, momentos de premiação de atletas que ocorrem com o uso de símbolos nacionais como os hinos e bandeiras e ainda o uso das cores nacionais a todo instante. De acordo com Houlihan (1997), o impacto gerado por um evento poliesportivo não se restringe aos atletas, mas se estende ao público, que se vê envolvido nessa narrativa identitária. Esse mesmo raciocínio é compartilhado por outros autores, como Evans (2014) que analisa o impacto da prática esportiva em migrantes internacionais. Para MacAllon (1981), os Jogos Olímpicos são uma construção que mescla momentos individuais (as disputas propriamente ditas), nacionalistas (como as celebrações de pódios) e universalistas (cerimônias). A simbiose entre atleta e nação é tamanha que Kostakopoulou e Schrauwen (2001) usam o termo *homo nationalis* para definir a condição dos competidores.

Não só um elemento de *Soft Power*, contemporaneamente utilizado pelos países centrais e organismos multilaterais como forma indireta de exercer influência política e cultural sobre os territórios alvo (Pizarro, 2017), o esporte é um fenômeno ambíguo e plástico. Ele serve à construção e fortalecimento de imaginários nacionais, bem como a projetos societários distintos, tamanha a sua capacidade de inspirar – muitas vezes perigosamente – *unanimismos* e etnicidades (Gilroy, 2007; van Hilvoorde, Elling & Stokvis, 2010). A existência de clubes, associações e outras entidades formadas por migrantes internacionais no Brasil permitiu com que esses clubes e seus frequentadores se mantivessem conectados aos locais de origem, e foi ainda fundamental na construção do que se tornou o esporte brasileiro nos anos seguintes. Nesse sentido, importa frisar que, assim como a *Liga da Canela Preta* não escapou de contradições relacionadas aos critérios de participação no movimento, as associações esportivas de famílias migrantes europeias e euro asiáticas também ficaram conhecidas pela estratégia classista e, não raro, racista com que se afirmaram no cenário pós-abolição (Soares, 1999; Freitas Júnior & Ribeiro, 2012). Com isso, queremos chamar a atenção para os limites constitutivos de uma sociabilidade esportiva nacional, notadamente atravessada por etnocentrismos e classismos, herdados da colonização.

O pós-colonialismo esportivo brasileiro: um campo em disputa

O caminho que o Brasil percorreu para se tornar membro da “família olímpica” data dos anos 1910, o qual contou com um imperador convite que Pierre Coubertin fez a Raul do Rio Branco, diplomata que atuava em Genebra, não estabelecendo maiores aproximações ao esporte. O esforço dirigido à promoção internacional e olímpica do Brasil à época só não foi maior do que a entusiasmada emergência de um ecossistema de práticas esportivas protagonizada (e até então exclusivamente reservada) às elites locais, que se organizavam em clubes e ligas que mais tarde receberiam o status de oficiais.

Enquanto isso, no Brasil das classes herdeiras do pós-abolição, o que se observava era um lento desenvolvimento da prática esportiva, cuja massificação e desenvolvimento se dirigia inicialmente à formação do corpo

nacional trabalhador. Processo orientado por uma concepção de país que não reconhecia na mestiçagem qualquer possibilidade de “futuro”.

Ora celebrada, ora rechaçada por parte da elite intelectual nacional (Santos, 2000), a adesão brasileira ao esporte moderno se deu na esteira de um processo de “modernização” e conservadora do espaço e dos corpos, dentro de um sistema flagrantemente refratário às manifestações culturais dos povos originários e afro-brasileiros (Mascarenhas de Jesus, 1999). Esse período que vai de meados do século XIX ao início do XX, é marcado pela introdução e multiplicação sem precedentes de novas modalidades, acompanhadas de uma ampla proliferação dos já mencionados clubes aristocratas e burgueses e da influência dos receituários ginásticos higienistas, cuja extração paramilitar exerceu forte influência sobre as concepções e práticas de educação física destinada aos pobres.

É possível também observar nessa época a emergência de novos hábitos de lazer e uma agenda de entretenimento popular em constante expansão, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. As modalidades esportivas modernas de origem britânica, especialmente o futebol, passaram a ocupar a centralidade da cultura física local. Processo legitimado por uma crescente e potente adesão popular, bem como por uma paulatina (e sempre conflituosa) inscrição de atletas das classes trabalhadora e negra nas ligas oficiais (Domingues, 2007; Freitas Júnior & Ribeiro, 2012).

Importa frisar que a influência cultural da Inglaterra sobre o Brasil compreendia uma situação inelutável por diferentes razões, dentre as quais se destacava a razão econômica. Força que também se fazia perceber desde a forma como a gramática das modalidades celebravam o idioma do império à forma como a elite brasileira deliberadamente combatia os sistemas culturais afro-brasileiros e indígenas. Vítima secular da perseguição do Estado, a capoeira só terá o seu reconhecimento como disciplina/objeto da escolarização no final dos anos 1990 e, mais enfaticamente, em 2003, quando da promulgação da Lei nº 10.639/2003, dispositivo que obriga o ensino da cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas (Gomes & Bakos, 2013). Voltando no tempo, Mascarenhas de Jesus (1999, n/p), referindo-se à imagem que o antropólogo Gilberto Freyre elabora sobre esse processo de disputa, considerou que, “no imaginário popular, os navios ingleses roubaram o mar do domínio de Iemanjá”, penetrando pelo litoral do Brasil não apenas trazendo as mercadorias produzidas pela sua poderosa indústria, “mas os valores e comportamentos considerados ‘civilizados’, entre os quais, a prática esportiva”.

Marcado por um forte elitismo, esse período de formação do sistema e agenda esportiva nacional, que data de meados do século XIX até os dias de hoje, ainda espera por análises mais robustas acerca dos seus desdobramentos políticos e simbólicos. Desdobramentos que podem ser percebidos de múltiplas formas, dentre as quais se destaca a extensão da tolerância do sistema às violências e hierarquias de classe, de gênero e raça (Ferreira Júnior, 2023). O problema menos evidente nesse processo tem que ver (também) com aquilo que, sem maiores elaborações, aqui no Brasil se estabeleceu como conteúdos canônicos em termos de prática esportiva. Condição flagrantemente visível na forma como as modalidades esportivas modernas são privilegiadas pela televisão, políticas de Estado e, por conseguinte, pela Escola (Betti, 1999). A carência de investigações históricas

de compreensão desse quadro sugere a vigência de um certo consenso acerca da oficialidade e valor de determinadas práticas. De acordo com Mascarenhas de Jesus (1999, n/p), sabemos que “a imposição de uma nova atitude corporal, através da assimilação de esportes importados, [adequou-se perfeitamente] ao projeto civilizador de uma classe dominante” exemplar em seu desprezo pela cultura popular. De tal maneira que “indígenas, ciganos, imigrantes nordestinos e negros”, conforme conclui o autor, “são elementos que o projeto de “cidade moderna” [foi], a princípio, incapaz de absorver”. Parafraseando Balandier (2014), os desdobramentos contemporâneos do processo mencionado acima podem ser enquadrados como uma *situação pós-colonial*, isto é, um paradigma de época que se estabelece não só mediante a forma como a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho é determinada, mas como as contradições internas a sua formação sociocultural consagra certos elementos da cultura e marginaliza (ou invisibiliza) outros.

Se aceita como categoria analítica plausível, a *pós-colonialidade* da cultura corporal brasileira deve nos conduzir à tarefa de releitura e elaboração de uma história do esporte nacional atenta à forma como a integração de grupos subalternizados no sistema também marca um processo de subtração de linguagens com implicações decisivas às dimensões do reconhecimento. Por ser simultaneamente acompanhado por tramas institucionais de interdição e manutenção das hierarquias de classe, gênero e raça nas práticas e instituições, esse processo produziu e naturalizou distorções que não se permitem reduzir a análises de cunho culturalista ou psicossociais. Conforme postula Fanon (2008), ir à raiz de processos como este implica, fundamentalmente, uma *reorganização e redistribuição* das coisas no sentido mais materialista dos termos sublinhados. Mais evidente, a discriminação racial praticada pelos clubes, conselhos e associações esportivas nacionais coloca em causa não só discurso da virtude civilizatória do esporte moderno, mas a forma a sua política tradicionalmente dispensa a disputa por concepções mais rebeldes às estruturas de dominação legadas pelo colonialismo clássico, a saber, o capitalismo, o patriarcalismo e o neocolonialismo.

Longe de representar um juízo moral, tampouco pessimista acerca do fenômeno esportivo brasileiro, o quadro exposto até aqui tenta destacar uma contradição fundamental que se expressa, dentre outras formas, na condição de abismo entre redistribuição e reconhecimento à diferença. Contradição que não se permite ignorar ou trivializar, uma vez que afeta *imediatamente* as frações mais empobrecidas da sociedade, sobretudo aquelas que tentam fazer das práticas esportivas disponíveis seu objeto de desejo e profissão.

Para que estes grupos encontrem um caminho mais aberto à realização das suas aspirações, tendo a sociabilidade esportiva como espaço de produção concreta do reconhecimento a sua dignidade humana para além das formas nominais, é preciso disputar a sociabilidade esportiva a partir de orientações político-epistêmicas de restabelecimento do tamanho original da cultura corporal. Se houver acordo em relação à tese de que um dos principais desdobramentos da forma mercadológica do esporte moderno redundava na suspensão do estatuto lúdico da prática (Huizinga, 2000), sem o qual a imaginação simbólica não pode refazer a razão dicotômica e hierarquias vigentes, teremos que concordar que a forma de prática esportiva hegemônica terá muitas dificuldades de inspirar e indicar outros horizontes societários. A condição mais perversa da manutenção do complexo esportiva pós-colonial se expressa no modo como povos do Terceiro Mundo, ambigualmente integrados

ao modelo, seguem sendo sub-representados e expostos às mais diferentes formas de violência no interior do espetáculo esportivo.

Sustentado por velhas e novas alegorias civilizacionistas, a situação esportiva pós-colonial encontra-se conjugada a uma forma mercadológica que tem como uma de suas características principais o que Brohm, Perelman e Vassort (2004) classificam como “um projeto de embrutecimento, doutrinação e *cloroformização* das massas – tanto nas metrópoles imperialistas quanto no Terceiro Mundo”. A isto se soma o modo como o modelo esportivo vigente é evocado por instâncias como a *Commonwealth* como uma via de “promoção da paz” em zonas de conflito, bem como de desenvolvimento dos subdesenvolvidos. Proposições empiricamente qualificadas como neocoloniais e pedagogicamente funcionais à manutenção do apassivamento social frente o aprofundamento das crises econômicas provocadas pelos países centrais (Kwauk, 2009; Melo, 2011; Darnell, 2012).

Esse quaro impõe uma tripla tarefa aos mais interessados naquilo que Hall (2003) designará como processo de desestabilização da cultura dominante. A primeira, relaciona-se ao restabelecimento, no imaginário social, das possibilidades contra-hegemônicas de assimilação das práticas disponíveis, seguido da submissão dessas práticas às aspirações emancipatórias do povo historicamente oprimido (Fanon, 1968). Nessa mesma linha, a segunda tarefa diz respeito às disputas teóricas e políticas necessárias à (des)feticização e democratização radical das linguagens esportivas disponíveis e emergência das linguagens soterradas pelo etnocídio e epistemicídio colonial. A terceira, talvez a mais ambiciosa de todas as tarefas, se refere à identificação das possibilidades de *restabelecimento do tamanho original do mundo da cultura corporal* e de seus desdobramentos no contexto de uma recepção local e planetária dessas novas linguagens, sem que seus sistemas de valores, temporalidades e espacialidades sejam subtraídos, mas adequados aos interesses dos povos mencionados acima. No Brasil, esse processo tem início entre os anos 1980 e 2000, contando com decisiva participação da Educação Física associada às teorias críticas. E agora, ele conta com as possibilidades abertas pela Lei nº 10.639 de 2003 (Brasil, 2003), que ao obrigar os sistemas de ensino a tematizarem pedagogicamente a história e cultura africana, afro-brasileira e dos povos originários, dá curso livre à processos de reconciliação cultural, cujos resultados ainda estão sendo mensurados e qualificados.

Considerações finais

A história do esporte brasileiro reserva pouco espaço à tematização crítica sobre a forma como esse fenômeno se desenvolveu e se desenvolve no país. Imediatamente, observa-se que os resultados da trama anti-negra e indígena que se estabeleceu desde os bancos universitários ao âmbito político-institucional deram pouca ou nenhuma importância à formação de um sistema de práticas corporais que de fato refletisse a diversidade étnico-cultural constitutiva do povo brasileiro. Tentando escapar aos e se's da história, é preciso reconhecer o papel dos migrantes internacionais europeus que, para todos os efeitos, foram parte decisiva, não apenas à formação de um complexo de instituições e práticas esportivas, mas à possibilidade de emergência das distintas assimilações da prática esportiva, mediante as quais é possível pensar em uma história do desporto nacional.

Não podendo escapar às contradições, as conexões criadas pelos migrantes europeus e seus descendentes foi fundamental na construção de estruturas de poder que se consolidaram ao longo de anos, mantendo a gestão do esporte local (ainda que de maneira amadora) nas mãos de grupos que se distinguem pela posição de classe, condição de gênero e condição de raça. Condição além de dificultar a análise sobre a forma como a dominação se expressa através do esporte, demonstra que as relações de poder, construídas por núcleos familiares e pactos de classe não são privilégio apenas do complexo esportivo, mas um dado da cultura que não se permite dissolver facilmente. Não por acaso, o esporte tal como se apresenta, diferentemente de outros elementos da cultura, ocupa uma posição tal subjetividade coletiva, que obriga os estudiosos mais críticos do assunto a repensar a ideologia em outros termos.

Pautado em uma estrutura clubística que determina ser necessário estar associado a uma instituição para participar de eventos esportivos, a sociedade e a comunidade de atletas nacionais se veem diante de uma fronteira de classe que repete ou atualiza o modelo de associação europeu burguês. Inegavelmente, o sistema esportivo brasileiro baseou-se no modelo do Velho Continente. Condição que só recentemente passou a ser objeto de preocupação interna às associações, clubes e federações. Considerando o fato de que as implicações desse novo processo para a sociabilidade esportiva contemporânea ainda não foram examinadas sistematicamente, o que podemos concluir por enquanto é que, dentro dos seus limites e possibilidades, o esporte brasileiro continua a ser um fenômeno pós-colonial, mas ainda nos termos da atualização de relações de poder inauguradas pela fase clássica do colonialismo esportivo.

Conforme salientamos, tanto a adesão acrítica como a rejeição negligente à presença do esporte moderno no Brasil se orientaram por um processo de modernização e urbanização com fortes raízes coloniais, que, por isso mesmo, se mostraram igualmente refratárias à presença e manifestações culturais dos povos originários e afro-brasileiros. Processo que não ofereceu condições de reflexão e disputa pela cultura esportiva local para além dos esforços heroicos dos próprios marginalizados da classe negra e trabalhadora que faziam da prática esportiva tanto um objeto de desejo como uma plataforma de reivindicação do reconhecimento a sua humanidade. Esse processo teria atenuado os efeitos mais deletérios da "transplantação" no Brasil das modalidades, clubes e sistema de valores dos países centrais, entre os séculos XIX e XX. Em outros termos, o desenvolvimento e "popularização" de novos hábitos esportivos e de lazer no país, seguido da oficialização de expedientes competitivos e de entretenimento popular, apresenta profundas contradições no que toca a dimensão redistributiva das linguagens. Mas fundamentalmente, esse processo precisa ser entendido no plano das intencionalidades políticas e concepções de prática corporal que circulavam pelo imaginário dos poderes de classe instituídos ainda no Brasil Imperial/Colonial. Esse quadro não representa um problema apenas para a história e ciências sociais como um todo, mas para uma política institucional que adia o seu encontro com a descolonização.

Referências

Angelo, L., & Noce, F. (2019). Campos de atuação. In M. Nocelli & M. Rennan (Eds.), *Psicologia do esporte e do exercício: modelos teóricos, pesquisa e intervenção*. Editora Pasavento.

Bairros, G. K. K. de, & Antunes, F. R. (2020). Estratégias metodológicas utilizadas na iniciação esportiva por um profissional de educação física. *Revista Da Saúde Da AJES*, 6(12), 27-34. <<http://www.revista.ajes.edu.br/index.php/sajes/article/viewFile/372/301>>.

Cavaggioni, A. P. M. (2017). *A prática esportiva e o desenvolvimento infantil*. Clia Psicologia. <<https://cliapsicologia.com.br/a-pratica-esportiva-e-o-desenvolvimento-infantil/>>.

Hassani, F., Shahrbanian, S., Shahidi, S. H., & Sheikh, M. (2022). Jogar pode melhorar o desempenho físico em crianças com autismo. *International Journal of Developmental Disabilities*, 68(2), 219-226. <https://doi.org/10.1080/20473869.2020.1752995>.

Longo, R. A., Tertuliano, I. W., Sena, A. B. D., Morão, K. G., Verzani, R. H., & Machado, A. A. (2017). A permanência de crianças e jovens nos esportes: olhares para iniciação e especialização esportiva. *Caderno de Educação Física e Esporte*, 15(2), 121-132. <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/16722>>.

Melo, A. S. E., Maia Filho, O. N., Chaves, H. V. (2014) Conceitos básicos em intervenção grupal. *Encontro: Revista de Psicologia*, v. 17, n. 26, p. 47-63.

Valle, M. P. do. (2013). *Dinâmica de grupo aplicada a psicologia do esporte* (C. Rubio (ed.); 2nd ed.). Casa do Psicólogo.

Wick, K., Kriemler, S., & Granacher, U. (2021). Effects of a Strength-Dominated Exercise Program on Physical Fitness and Cognitive Performance in Preschool Children. *Journal of Strength and Conditioning Research*, 35(4), 983-990. <https://doi.org/10.1519/JSC.0000000000003942>

Sobre o autor

Katia Rubio

Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP). Coordenadora do Grupo de Estudos Olímpicos - USP. (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5632-6494>).

William Douglas de Almeida

Jornalista pela FAAC Unesp. Doutor em Ciências pela Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. Membro do Grupo de Estudos Olímpicos - USP. (ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9838-0934>).

Neilton Ferreira Junior

Professor Adjunto do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, da Universidade Federal de Viçosa - Campus Florestal. Doutor em Ciências pela Escola de Educação Física e Esporte da USP. Membro do Grupo de Estudos Olímpicos - USP, do Corpo Diretivo da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP), e do GT de Relações Étnico-Raciais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4610-1021>).

Contato

Neilton Ferreira Junior

Neilton.ferreirajunior@gmail.com